



CÂMARA MUNICIPAL DE

TAUÁ

Requerimento nº 19/2026
Helio Pedrosa Castelo Neto

Tauá em 20 de fevereiro de 2026.

Requer da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Tauá, que após ouvido o plenário, oficie à ENEL Distribuição Ceará, solicitando explicações acerca do descumprimento do prazo para execução do serviço de transformação da rede de energia elétrica de monofásica para trifásica na Escola Raimundo Alves de Melo, na localidade de Altamira, distrito de Carrapateiras, referente ao protocolo nº A004703287, datado de 09 de abril de 2025.

O vereador signatário, nos termos do que reza o Regimento Interno, Requer da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Tauá, que após ouvido o plenário, oficie à ENEL Distribuição Ceará, solicitando explicações acerca do descumprimento do prazo para execução do serviço de transformação da rede de energia elétrica de monofásica para trifásica na Escola Raimundo Alves de Melo, na localidade de Altamira, distrito de Carrapateiras, referente ao protocolo nº A004703287, datado de 09 de abril de 2025.

Plenário da Câmara Municipal de Tauá em 20 de fevereiro de 2026.


HELIO PEDROSA CASTELO NETO
VEREADOR



**JUSTIFICATIVA**

O presente requerimento tem por finalidade buscar esclarecimentos da concessionária ENEL Distribuição Ceará quanto ao não cumprimento do prazo estabelecido para a execução do serviço de transformação da rede elétrica de monofásica para trifásica na Escola Raimundo Alves de Melo, situada na localidade de Altamira, distrito de Carrapateiras.

Ressalta-se que o pedido foi formalmente protocolado pela Prefeitura Municipal sob o nº A004703287, em 09 de abril de 2025, tendo a concessionária informado posteriormente, em 14 de outubro de 2025, que o prazo para conclusão do serviço seria até 10 de fevereiro de 2026. No entanto, mesmo após o transcurso de aproximadamente sete meses e com o prazo já expirado, a obra ainda não foi executada.

A adequação da rede elétrica é medida indispensável para o pleno funcionamento da unidade escolar, sobretudo no que diz respeito à instalação e utilização de equipamentos essenciais, como aparelhos de climatização, sistemas administrativos e demais estruturas que demandam maior capacidade energética, impactando diretamente no conforto ambiental, na qualidade do ensino e nas condições de trabalho dos profissionais.

Dessa forma, torna-se necessária a intervenção do Poder Legislativo, no exercício de sua função fiscalizadora, para que sejam prestados os devidos esclarecimentos, bem como apresentado novo cronograma para execução do serviço, garantindo prioridade à demanda, tendo em vista tratar-se de equipamento público essencial à comunidade.